

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL | 15 |
| 1.1. Princípio do Devido Processo Legal, 15 | |
| 1.2. Princípio do Contraditório, 16 | |
| 1.3. Princípio da Ampla Defesa, 16 | |
| 1.4. Princípio da Presunção de Inocência, 17 | |
| 2. DO INQUÉRITO POLICIAL | 19 |
| 2.1. Introdução: a Persecução Penal, 19 | |
| 2.2. Conceito, Finalidade e Destinatários do Inquérito Policial, 20 | |
| 2.3. Características do Inquérito Policial, 21 | |
| 2.3.1. Inquisitividade (Unilateralidade), 21 | |
| 2.3.2. Obrigatoriedade, 23 | |
| 2.3.3. Indisponibilidade, 23 | |
| 2.3.4. Dispensabilidade, 24 | |
| 2.3.4.1. Dispensabilidade na Lei nº 9.099/95 (JECrim), 25 | |
| 2.3.5. Escrito, 25 | |
| 2.3.6. Sigiloso, 25 | |
| 2.4. Questões pontuais, 26 | |
| 2.4.1. Curador, 26 | |
| 2.4.1.1. A Figura do Curador em Face do Novo Código Civil (lei nº 10.406/2002), 27 | |
| 2.4.2. Inquéritos Extrapoliciais, 30 | |
| 2.4.3. Identificação Criminal, 31 | |
| 2.4.4. Incomunicabilidade do Indiciado, 31 | |
| 2.4.5. Vícios no Inquérito Policial, 33 | |
| 2.5. Formas de Instauração do Inquérito Policial, 33 | |
| 2.5.1. Ação Penal Pública Incondicionada, 33 | |
| 2.5.2. Ação Penal Pública Condicionada, 35 | |

- 2.5.3. Ação Penal Privada, 35
- 2.6. Prazos para o Encerramento do Inquérito Policial, 35
- 2.7. Encerramento do Inquérito Policial, 36
 - 2.7.1. Encerramento do Inquérito Policial em Crimes de Ação Penal Pública, 36
 - 2.7.2. Encerramento do Inquérito Policial em Crimes de Ação Penal Privada, 38
 - 2.7.3. Encerramento Anormal: O Trancamento do Inquérito Policial, 38

3. DA AÇÃO PENAL

39

- 3.1. Conceito, 39
- 3.2. Condições da Ação, 39
 - 3.2.1. Possibilidade Jurídica do Pedido, 41
 - 3.2.2. Interesse de Agir, 43
 - 3.2.3. Legitimidade *ad causam*, 46
- 3.3. Espécies de Ação Penal, 48
- 3.4. Ação Penal Pública, 49
 - 3.4.1. Titularidade, 49
 - 3.4.2. Princípios, 49
 - 3.4.2.1. Obrigatoriedade, 49
 - 3.4.2.2. Indisponibilidade, 49
 - 3.4.2.3. Oficialidade e Oficiosidade, 49
 - 3.4.2.4. Intranscendência, 50
 - 3.4.2.5. Divisibilidade, 50
 - 3.4.3. Início da Ação Penal Pública, 50
 - 3.4.4. Prazo para o Oferecimento de Denúncia, 51
 - 3.4.5. Espécies: a Ação Penal Pública Incondicionada, 51
 - 3.4.6. Espécies: a Ação Penal Pública Condicionada, 51
 - 3.4.6.1. Ação Penal Pública Condicionada à Representação do Ofendido ou de seu Representante Legal, 52
 - 3.4.6.1.1. Natureza Jurídica da Representação do Ofendido, 52
 - 3.4.6.1.2. Formas de Representação, (Art. 39, *caput*, do CPP), 52
 - 3.4.6.1.3. Destinatários, 52
 - 3.4.6.1.4. Titularidade do Direito de Representação, 53
 - 3.4.6.1.5. Prazo para o Exercício do Direito de Representação, 53
 - 3.4.6.1.6. Retratação da Representação, 53
 - 3.4.6.2. Ação Penal Pública Condicionada à Requisição do Ministro da Justiça, 54
 - 3.4.6.2.1. Destinatário da Requisição, 54
 - 3.4.6.2.2. Natureza Jurídica da Requisição, 54
 - 3.4.6.2.3. Prazo para o Oferecimento da Requisição, 54
 - 3.4.6.2.4. Hipóteses em que é Necessária a Requisição, 55
 - 3.4.6.2.5. Retratação da Requisição, 55
- 3.5. Ação Penal Privada (ou de Iniciativa Privada), 55
 - 3.5.1. Início da Ação Penal Privada, 55
 - 3.5.2. Titularidade do Direito de Queixa, 55
 - 3.5.3. Prazo para o Exercício do Direito de Queixa, 56
 - 3.5.4. Princípios da Ação Penal Privada, 56
 - 3.5.4.1. Oportunidade ou Conveniência, 56
 - 3.5.4.2. Disponibilidade, 57
 - 3.5.4.3. Indivisibilidade, 57

- 3.5.4.4. Intranscendência, 57
- 3.5.5. Espécies de Ação Penal Privada, 57
 - 3.5.5.1. Propriamente Dita ou Exclusivamente Privada, 57
 - 3.5.5.2. Personalíssima, 57
 - 3.5.5.3. Ação Penal Privada Subsidiária da Pública, 58
- 3.6. Denúncia ou Queixa, 59
 - 3.6.1. Requisitos da Denúncia e da Queixa-Crime (Art. 41 do CPP), 59
 - 3.6.1.1. Requisito Específico da Queixa-Crime, 60
 - 3.6.2. Causas de Rejeição da Denúncia ou Queixa, (Art. 43 do CPP), 61

4. DA AÇÃO CIVIL EX DELICTO

63

- 4.1. Introdução, 63
- 4.2. Ação Civil de Conhecimento, (Art. 64 do CPP), 63
- 4.3. Ação de Execução Civil, (Art. 63 do CPP), 64
- 4.4. Repercussão Civil da Absolução Criminal, 65
- 4.5. Outros casos, 66
- 4.6. Legitimidade Extraordinária do Ministério Público, 67

5. DA COMPETÊNCIA

69

- 5.1. Conceito, 69
- 5.2. Critérios de concretização da competência, 69
 - 5.2.1. Competência das Justiças Especiais, 70
 - 5.2.1.1. Justiça Federal, 70
 - 5.2.2. Competência por Prerrogativa de Função, 76
 - 5.2.2.1. Conflito entre Competência por Prerrogativa de Função e Competência em Razão da Matéria (*ratione materiae*), 82
 - 5.2.2.2. Competência por Prerrogativa de Função e Exercício Funcional: o Cancelamento da Súmula nº 394 do STF e a Alteração do Art. 84 do CPP (Lei nº 10.628, de 24.12.2002), 85
 - 5.2.3. Competência Territorial (ou de Foro), 89
 - 5.2.4. Competência de Juízo, 90
- 5.3. Competência por Conexão ou Continência, 90
 - 5.3.1. Competência por Conexão, 91
 - 5.3.1.1. Conexão Intersubjetiva (Art. 76, I, do CPP), 91
 - 5.3.1.1.1. Conexão Intersubjetiva por Simultaneidade (ou meramente ocasional), 92
 - 5.3.1.1.2. Conexão Intersubjetiva por Concurso, 92
 - 5.3.1.1.3. Conexão Intersubjetiva por Reciprocidade, 93
 - 5.3.1.2. Conexão Objetiva, Lógica ou Material (Art. 76, II, do CPP), 93
 - 5.3.1.3. Conexão Objetiva ou Material e os Crimes Dolosos Contra a Vida, 95
 - 5.3.1.4. Conexão Probatória ou Instrumental (Art. 76, III, do CPP), 96
 - 5.3.2. Competência por Continência (Art. 77 do CPP), 97
 - 5.3.2.1. Continência por Cumulação Subjetiva, (Art. 77, I, do CPP), 97
 - 5.3.2.2. Continência por Cumulação Objetiva (Art. 77, II, do CPP), 97
 - 5.3.2.3. Distinção entre as Continências por Cumulação Subjetiva e Objetiva, 98
- 5.4. Foro Prevalente, 98

6. DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

101

- 6.1. Das Questões Prejudiciais, 101
- 6.2. Das Exceções, 102
 - 6.2.1. Modalidades de Defesa, 102
 - 6.2.2. Conceito, 103

- 6.2.3. As “Exceções” (objeções) Processuais, 104
- 6.2.4. As Exceções do Código de Processo Penal (Art. 95, I a V), 105
 - 6.2.4.1. Suspeição (Art. 95, I, do CPP), 105
 - 6.2.4.1.1. Procedimento da Suspeição (Arts. 96 à 107 do CPP), 106
 - 6.2.4.1.2. Efeitos da Oposição e do Reconhecimento da Suspeição, 107
 - 6.2.4.1.3. Os Exceptos, 108
 - 6.2.4.1.4. Recursos das Decisões de Procedência ou Improcedência da Suspeição, 108
 - 6.2.4.2. Incompetência de Juízo (Art. 95, II do CPP), 109
 - 6.2.4.2.1. Procedimento da Exceção de Incompetência (Arts. 108 e 109 do CPP), 109
 - 6.2.4.2.2. Reconhecimento *ex officio* da Incompetência, 109
 - 6.2.4.2.3. Oposição de Exceção de Incompetência, 110
 - 6.2.4.2.4. Efeitos do Reconhecimento da Incompetência, 111
 - 6.2.4.2.5. Recursos das Decisões Proferidas na Exceção de Incompetência, 111
 - 6.2.4.3. Litispendência e Coisa Julgada (Art. 95, III e V do CPP), 111
 - 6.2.4.4. Illegitimidade de Parte (Art. 95, IV do CPP), 112
 - 6.2.4.4.1. Efeitos do Reconhecimento da Illegitimidade de Parte, 112
- 6.3. Das Medidas Assecuratórias, 112
 - 6.3.1. Do Seqüestro, 112
 - 6.3.2. Hipoteca Legal e Arresto, 114
 - 6.3.3. Arresto Prévio, 114
 - 6.3.4. Observações, 114
- 6.4. Do Incidente de Falsidade, 115
- 6.5. Da Insanidade Mental do Acusado, 117

7. DAS PROVAS

121

- 7.1. Conceito, 121
- 7.2. Finalidade, 121
- 7.3. Fonte de prova, 121
- 7.4. Meio de Prova, 121
- 7.5. Ônus da Prova, 122
- 7.6. Momentos da Prova, 122
 - 7.6.1. Produção Antecipada da Prova, 122
- 7.7. Provas Vedadas ou Proibidas, 122
- 7.8. Das Provas em Espécie, 125
 - 7.8.1. Dos Exames Periciais, 125
 - 7.8.1.1. Do Exame de Corpo de Delito (Art. 158 do CPP), 126
 - 7.8.2. Do Interrogatório, 126
 - 7.8.2.1. Conceito, 126
 - 7.8.2.2. Natureza Jurídica, 126
 - 7.8.2.3. Alteração Legislativa, 129
 - 7.8.2.4. Principais Inovações, 132
 - 7.8.2.5. Procedimento: as Fases do Interrogatório e o Direito ao Silêncio, 136
 - 7.8.2.6. Conteúdo do Interrogatório, 138
 - 7.8.2.7. Obrigatoriedade de Realização do Interrogatório, 143
 - 7.8.2.8. Possibilidade de Novo Interrogatório (reinterrogatório), 143
 - 7.8.3. Da Confissão, 143
 - 7.8.4. Da Acareação, 144
 - 7.8.5. Das Declarações do Ofendido, 144
 - 7.8.6. Das Testemunhas, 144
 - 7.8.6.1. Conceito, 144
 - 7.8.6.2. Distinção entre Testemunha e Ofendido, 144
 - 7.8.6.3. Capacidade para ser Testemunha, 145

- 7.8.6.4. Deveres das Testemunhas, 146
- 7.8.6.5. Dever de Comparecimento, 146
- 7.8.6.6. Dever de Depor, 147
- 7.8.6.7. Dever de Dizer a Verdade, 151
- 7.8.6.8. Procedimento do Depoimento, 153
- 7.8.7. Do Reconhecimento de Pessoas e Coisas, 154
- 7.8.8. Da Prova Documental (Arts. 231 a 238 do CPP), 154
- 7.8.9. Busca e Apreensão, 155
- 7.8.10. Prova Emprestada, 155

8. PRISÃO E LIBERDADE

159

- 8.1. Da Prisão, 159
 - 8.1.1. Noções Gerais, 159
 - 8.1.1.1. Justificativa da Prisão Processual, 162
 - 8.1.2. Espécies de Prisão Provisória (processual), 162
 - 8.1.2.1. Da Prisão em Flagrante, 162
 - 8.1.2.2. Da Prisão Temporária, 166
 - 8.1.2.3. Da Prisão Preventiva, 168
 - 8.1.2.4. Prisão por Pronúncia e por Sentença Condenatória Recorrível, 170
 - 8.1.3. Requisitos Fundamentais para Qualquer Espécie de Prisão, 171
- 8.2. Da Liberdade Provisória, 171
 - 8.2.1. Da Liberdade Provisória sem Fiança, 172
 - 8.2.2. Da Liberdade Provisória com Fiança, 173

9. PROCEDIMENTOS

177

- 9.1. Noções Gerais, 177
 - 9.1.1. Da Suspensão Condicional do Processo, 177
- 9.2. Dos Procedimentos Penais, 178
 - 9.2.1. Do Procedimento Comum Ordinário, 179
 - 9.2.1.1. Oferecimento da Denúncia ou Queixa, 179
 - 9.2.1.2. Recebimento da Denúncia ou da Queixa-Crime, 180
 - 9.2.1.3. Citação do Réu, 180
 - 9.2.1.3.1. Modalidades de Citação, 181
 - 9.2.1.3.2. Intimação e Notificação, 182
 - 9.2.1.4. Interrogatório do Réu, 182
 - 9.2.1.4.1. Comparecimento do Réu, 183
 - 9.2.1.5. Defesa Prévia (Art. 395 do CPP), 184
 - 9.2.1.6. Audiência de Oitiva de Testemunhas de Acusação, 184
 - 9.2.1.7. Audiência de Oitiva das Testemunhas de Defesa, 185
 - 9.2.1.8. Requerimento de Diligências Complementares (art. 499 do CPP), 185
 - 9.2.1.9. Alegações Finais (Art. 500 do CPP), 185
 - 9.2.1.10. Sentença (Arts. 381 a 393 do CPP), 186
 - 9.2.1.10.1. Princípio da Correlação entre Acusação e Sentença, 188
 - 9.2.1.10.2. Requisitos de Sentença (Art. 381 do CPP), 189
 - 9.2.1.10.3. Defeitos de Sentença, 190
 - 9.2.1.10.4. Publicação e Intimação da Sentença, 191
 - 9.2.2. Do Procedimento Sumário (Arts. 531 a 540 do CPP), 192
 - 9.2.3. Do Procedimento da Lei nº 9.099/95, 193
 - 9.2.3.1. Fase Preliminar (Arts. 66 a 70), 194
 - 9.2.3.2. Atuação da Autoridade Policial, 194
 - 9.2.3.3. Audiência Preliminar de Conciliação, 194
 - 9.2.3.4. Procedimento Sumaríssimo, 195
 - 9.2.4. Do Procedimento Especial dos Crimes Contra a Honra (Arts 519 a 523 do CPP), 197
 - 9.2.4.1. Audiência de Tentativa de Conciliação, 198

- 9.2.4.2. Exceção da Verdade, 199
- 9.2.5. Do Procedimento Especial dos Crimes Funcionais (Art. 513 do CPP), 200
 - 9.2.5.1. Procedimento, 201
- 9.2.6. Do Procedimento Especial dos Crimes Falimentares, 201
 - 9.2.6.1. Natureza jurídica da sentença que decreta a falência ou concede a recuperação, 203
 - 9.2.6.2. Prescrição nos crimes falimentares, 204
- 9.2.7. Do Procedimento dos Crimes de Tráfico de Drogas (Lei nº 11.343/06), 205
 - 9.2.7.1. Procedimento, 206
 - 9.2.7.1.1. Porte De Drogas (art. 28 Da Lei nº 11.343/06), 206
 - 9.2.7.1.2. Tráfico de Drogas, 206
- 9.2.8. Do Procedimento dos Crimes de Imprensa (Lei nº 5.250/67), 207
- 9.2.9. Dos Crimes Hediondos e Assemelhados, 208
- 9.2.10. Procedimento Especial do Júri, 209
 - 9.2.10.1. Aspectos Gerais do Júri, 209
 - 9.2.10.2. Fases do Procedimento do Júri, 210

10. DAS NULIDADES

219

- 10.1. Noções Gerais, 219
- 10.2. Nulidades Absolutas e Relativas, 220
- 10.3. Rol de Nulidades Expressamente Previstas no CPP, 224

11. DOS RECURSOS

231

- 11.1. Noções Gerais, 231
 - 11.1.1. Conceito, 231
 - 11.1.2. Princípios Norteadores dos Recursos, 231
 - 11.1.2.1. Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, 231
 - 11.1.2.2. Princípio da Voluntariedade, 231
 - 11.1.2.3. Princípio de Fungibilidade, 232
 - 11.1.2.4. Princípio da Proibição da *Reformatio in Pejus*, 232
 - 11.1.3. Pressupostos, 232
 - 11.1.4. Efeitos, 234
 - 11.1.5. Juízo de Admissibilidade, 234
- 11.2. Dos Recursos em Espécie, 234
 - 11.2.1. Recurso em Sentido Estrito (Arts. 581 a 592 do CPP), 234
 - 11.2.2. Apelação (Arts. 593 a 603 do CPP), 236
 - 11.2.3. Protesto por Novo Júri (Arts. 607 e 608 do CPP), 237
 - 11.2.4. Embargos Infringentes de Nulidade (Arts. 609, parágrafo único do CPP), 238
 - 11.2.5. Embargos de Declaração (Arts. 619 a 620 do CPP), 238
 - 11.2.6. Carta Testemunhável (Arts. 639 a 646 do CPP), 239
 - 11.2.7. Correição Parcial, 240
 - 11.2.8. Recurso Ordinário Constitucional, 241
 - 11.2.9. Recurso Especial, 242
 - 11.2.10. Recurso Extraordinário, 243
 - 11.2.11. Agravo em Execução, 246
 - 11.2.12. Agravo Regimental, 246

12. AÇÕES IMPUGNATIVAS

247

- 12.1. Revisão Criminal (Arts. 621 a 631 do CPP), 247
- 12.2. *Habeas Corpus* (Arts. 647 a 667 do CPP, e art. 5º inciso LXVIII da CF), 251
- 12.3. Mandado de Segurança, 256

BIBLIOGRAFIA

263